

# UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA?

Matricular um filho estabelece automaticamente uma relação entre escola e família? Será que é necessário um livro inteiro sobre a formação de vínculo entre essas duas partes? Talvez você, diretor, tenha dúvidas a respeito da necessidade de se debruçar sobre este documento. De outro lado, deve recordar ter ouvido, em diferentes momentos de sua jornada, comentários nos corredores, no pátio, na sala dos professores que expressam certa nostalgia e algum desalento:

*“Antes as famílias colaboravam com a escola. Meus pais...”*  
*“Não existe mais família como antigamente.”*  
*“Esses alunos de famílias desestruturadas só dão problema.”*

Essas falas revelam, ainda, a contrariedade que a equipe escolar sente quando grupos familiares não correspondem às expectativas que ela tem. Além disso, evidenciam julgamentos perante a diversidade da sociedade contemporânea.

Como vimos na **Introdução** (p. 9), as famílias também constroem representações equivocadas sobre a escola, seus profissionais, seus espaços e suas ações. Nosso objetivo, ao exemplificarmos algumas observações dos docentes, foi desvelar as ideias que sustentam nosso olhar e nosso pensar sobre os familiares, para instigar algumas reflexões:

*“Será que houve um tempo em que a relação entre escola e famílias fluía sem problemas?”*  
*“Será que as famílias de antigamente eram melhores?”*  
*“Será que as novas famílias têm estrutura para educar seus filhos?”*

Essas questões levam a pensar sobre nossos preconceitos e juízos de valor. Contudo, para iniciarmos essa abordagem, precisamos recorrer aos aportes da história e de outras ciências sociais. Esta primeira parte do livro trata da história da instituição escolar com foco na construção da relação com as famílias ao longo do tempo, até chegar a sua constituição na atualidade.

É comum vermos as famílias culpando a escola por fracasso ou evasão e vice-versa, em um verdadeiro “jogo da batata quente” que ninguém quer segurar. Mas de quem seria a “culpa”? A quem caberia essa “responsabilidade”?

Segundo a pesquisa Includ-ed,<sup>1</sup> coordenada pelo Community Research on Excellence for All (CREA), da Universidade de Barcelona, altos índices de fracasso e evasão escolar têm como principal consequência a desigualdade social, que resulta em problemas que atingem a sociedade como um todo: marginalização, desemprego, violência, entre outros. Ou seja, a escola ainda é o espaço onde podemos mudar essa realidade e, por isso, desempenha papel fundamental na superação da desigualdade social. No entanto, sozinha não dispõe das ferramentas nem do alcance necessários.

Assim, respondendo às perguntas colocadas antes, não há culpados; a responsabilidade cabe a todos – famílias, gestores, professores, alunos, demais funcionários e vizinhos. Faz-se necessário conscientizar e sensibilizar os atores envolvidos em uma parceria que atue para alcançar um objetivo comum: garantir Educação de qualidade às crianças, aos adolescentes e aos jovens que estudam na escola da comunidade e são parte dela, com suas famílias.

Convidamos você a continuar lendo estas páginas para juntos ampliarmos o olhar para as questões que cercam a necessidade da relação entre escola e famílias.

1. A pesquisa, em inglês, está disponível em: <<http://creaub.info/included>>. Para um resumo em português, ver: <<https://comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/26/2944b1fd4df2988d4fa0a95f796cec1b.pdf>>. Site do CREA: <<https://crea.ub.edu/index/?lang=es>>. Acessos em: 8 mar. 2019.

# SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Crianças, adolescentes, jovens e adultos habitam a escola e a família. As crianças ingressam cada vez mais cedo na unidade escolar e a frequentam diariamente por muitos anos. No seio familiar, todos convivem em um espaço constituído por laços que podem ser consanguíneos ou não.

Em ambas as instituições estabelecemos vínculos afetivos. Elas se assemelham por abrir o mundo para nós e nos “capacitar” para seguirmos com autonomia na vida. Também são semelhantes por nos mostrar quem somos e nos revelar as regras de convivência.

As duas querem que crianças, adolescentes e jovens se desenvolvam plenamente e atuam para isso. Entretanto, não o fazem com a mesma metodologia e intencionalidade, e aqui se mostram as diferenças. Na família, crianças, adolescentes e jovens são filhos; na escola, alunos.

A escola responde ao compromisso e à reponsabilidade de ensinar a todos e a cada um dos estudantes os objetos de conhecimento acumulados historicamente pela humanidade e que fora dela seriam difíceis de aprender. Além disso, como instituição, promove o desenvolvimento e a socialização. A família, por ser o primeiro espaço que habitamos, precisa acolher e cuidar de seus filhos e criá-los em um ambiente saudável, amoroso e respeitoso. As oportunidades de aprendizagem que oferece dependem de seu repertório psíquico, afetivo e cultural e de seu nível socioeconômico.

Na família, deve haver reciprocidade de afeto, cuidado e aceitação e possibilidade de papéis estáveis – ser filho é para a vida toda. Na escola, o sujeito encontra uma cultura própria – a escolar –, à qual deve se adaptar e na qual é portador de um papel transitório – ser aluno tem um tempo determinado.

As duas educam para viver no mundo; nenhuma educa para si. No entanto, ambas as instituições nem sempre conseguem o sucesso almejado no desenvolvimento de seus papéis e se culpabilizam reciprocamente. Escola e famílias “se acostumaram” a apontar a outra como responsável pelo eventual insucesso de crianças, adolescentes e jovens, mas essa atitude não as aproxima para que reflitam e atuem em parceria para melhorar a trajetória pessoal e escolar dos estudantes. As duas precisam desejar o sucesso desses sujeitos e se rever continuamente.

O breve passeio pela história que constitui o próximo capítulo nos ajudará a compreender como escola e famílias podem construir uma parceria.

# BREVE HISTÓRICO

Este capítulo começa pela escola no século 19, mas você encontrará, ao final dele (p. 32), uma linha do tempo da evolução da instituição, cuja leitura recomendamos; afinal, como nos lembra Maurice Tardif, docente da Universidade de Montreal, Canadá, ao chegarmos a uma escola, adentramos uma densa cultura educacional com mais de 2,5 mil anos de história.<sup>1</sup>

Até o início do século 19, havia uma separação muito clara entre escola e famílias. A primeira era responsável pelo que se chamava de instrução, e a segunda, pela Educação. A instrução consistia na transmissão de parte do conhecimento científico adquirido pelo ser humano: fórmulas, períodos históricos, mapas, princípios da física, a língua e a linguagem etc. A Educação era compreendida não apenas como o ensino de bons modos, mas também como a formação ético-moral,<sup>2</sup> a construção de valores e costumes e o desenvolvimento da personalidade.

Essa organização perdurou por muitos anos. Talvez ainda esteja viva no imaginário de muitas pessoas e possa explicar algumas frases que ouvimos com frequência: “Os pais de hoje querem que a escola ensine e eduque!” ou “As escolas de antigamente é que eram boas!”. Tais afirmações não são verdadeiras, porque se referem a uma escola de bases europeias que era inadequada ao perfil da população do Brasil na época, ou seja, pessoas de diferentes culturas, que viviam, muitas vezes, em locais de difícil acesso. Vale lembrar também que havia um número

pequeno de escolas. Outro dado: no Brasil de meados do século 19, era comum que a criança, depois de aprender a ler e escrever, deixasse de estudar para trabalhar no campo. Éramos um país agrícola e escravocrata.

Os acontecimentos mundiais do período, como a Revolução Industrial, o surgimento da burguesia, o fim de grande parte das monarquias na Europa, o crescimento das cidades e a consolidação de novas classes sociais, alçaram a escola a outro patamar. Ela se popularizou e começou a ser vista como um caminho para a ascensão social e profissional. Também houve mudanças no modelo educacional, que passou a depositar na Educação a esperança/expectativa de resolução dos problemas da sociedade. Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri afirmam:

*Foi a partir da proclamação da República em 1889 que a escolarização ganhou impulso em direção à forma escolar que conhecemos atualmente. Pode-se mesmo afirmar que a escola se transforma numa instituição fundamental para a sociedade brasileira há pouco mais de 100 anos, e nesse sentido, ela pode ser considerada uma instituição republicana.<sup>3</sup>*

Esse cenário político, econômico e social também trouxe mudanças para as famílias, que migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida e de novos cuidados com a higiene e com a saúde (ver boxe **Os impactos das mudanças sociais nas famílias**, p. 28). Internamente, elas também precisaram se reorganizar por causa da saída das mulheres para o trabalho nas fábricas.

No início do século 20, o objetivo da Educação em nosso país era formar sujeitos dóceis e obedientes. A aprendizagem caracterizava-se pela memorização e padronização, de modo a perpetuar modelos sociais baseados na divisão de classes, segundo a perspectiva econômica regida pela Revolução Industrial.

1. SCACHETTI, Ana Ligia. História da Educação no Brasil. *Nova Escola*, série especial, 1º jun. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1910/serie-especial-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 11 mar. 2019.  
2. LA TAILLE, Yves de. Moral e ética no mundo contemporâneo. *Revista USP*, n. 110, p. 29-42, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/9354/858>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

3. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: Unesco/MEC, 2009. p. 21. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192)>. Acesso em: 11 mar. 2019.

## OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS SOCIAIS NAS FAMÍLIAS

Com o surgimento do sentimento de família, a vida privada ganhou espaço em relação à vida pública – antes, os fatos da rua eram um prolongamento da vida privada. Isso, aliado à noção da infância, reconfigurou a família como um espaço de vida particular. Nesse contexto, a casa transformou-se de modo a oferecer privacidade, isolamento e discricção a seus moradores.

*Mesmo quando os cômodos se comunicavam, não se era mais forçado a atravessá-los para passar de um ao outro. [...] Não havia mais camas por toda parte. As camas eram reservadas ao quarto de dormir, mobiliado de cada lado da alcova com armários e nichos onde se expunha um novo equipamento de toalete e de higiene.<sup>1</sup>*

A reorganização da casa e o cuidado com a Educação e a saúde da criança marcaram a reforma dos costumes da vida familiar, configurando a família do século 17. Assim chegamos à Idade Contemporânea.

O conceito de família sofreu, portanto, grandes mudanças ao longo do tempo. A influência dos movimentos sociais, dos ideais de democracia, igualdade e dignidade trouxe novas configurações, e a tendência é a de funcionamento democrático, em que os laços de união passaram a ser afetivos e a busca da felicidade tornou-se fundamental no espaço familiar.

As pessoas não mais se unem necessariamente para o aumento do patrimônio nem apenas para a procriação. Na atualidade, as famílias, em sua maioria, são constituídas pelo sentimento de amor e pela vontade de cada um de juntar-se ao outro. Como esse modelo é regido pelo desejo dos envolvidos, há diferentes arranjos: família monoparental, família formada por pessoas do mesmo sexo, famílias reconstituídas, famílias que se separam, entre outras estruturas.

As transformações sofridas retratam os movimentos sociais e os contextos históricos em que ocorreram. Assim, no século 21, a família tornou-se um conceito plural, como a sociedade contemporânea, regida pela tecnologia e pela informação. São essas as famílias que estão em nossas escolas hoje em dia. Será que as reconhecemos como parceiras na formação dos estudantes/filhos?

1. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. São Paulo: LTC, 2012. p. 185.

Nessa época, 80% da população era analfabeta. Na década de 1930, a Educação passou a ser debatida de maneira mais enfática. Intelectuais brasileiros do movimento escolanovista lançaram o Manifesto dos Pioneiros, cujo principal objetivo era reivindicar a renovação do modelo educacional e proporcionar escola pública, gratuita e obrigatória para todos. A luta dos escolanovistas baseava-se, sobretudo, no enfrentamento das diferenças de oportunidades relacionadas aos níveis socioeconômicos.

Com o estabelecimento constitucional do direito público e universal à Educação, ainda nos anos 1930, a legislação brasileira evoluiu no sentido de garantir às famílias o direito de acompanhar e participar da vida escolar dos filhos. Mais

ainda, determinou que a escola estimulasse e estivesse plenamente aberta a essa contribuição, que se provou vital para o sucesso da aprendizagem.

A popularização do acesso às escolas veio mais tarde, intensificando-se apenas nas décadas de 1960 e 1970. Apesar dessa expansão, o acesso ainda estava longe de atender à demanda: naquele período, segundo o Censo Demográfico, 23 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar estavam fora da escola.

Mesmo sendo uma escola para poucos, a sociedade tratava com muito respeito o professor. Dizia-se que nas cidades pequenas havia três autoridades: o juiz, o delegado e a professora. Dessa anedota se depreendem dois aspectos importantes sobre as relações da época: o primeiro sobre o cunho autoritário e legitimado do docente, que podia punir os estudantes impermeáveis às regras impostas; e o segundo sobre o grande percentual de mulheres que escolhiam como profissão o magistério, considerado uma carreira facilmente conciliável com as tarefas domésticas. Alguns estudiosos situam nesse momento o início da desvalorização da profissão de professor.

Em 1987, consolidou-se a Carta Internacional dos Direitos da Criança, que registrou o acesso da criança ao estatuto de sujeito de direitos e à dignidade da pessoa (ver boxe **Surgimento do conceito de infância**, p. 30). Pouco mais tarde, duas outras legislações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabeleceram que é obrigação da escola articular-se com as famílias; pais/responsáveis, por sua vez, conquistaram o direito de acompanhar o processo pedagógico e participar da definição de propostas educacionais.

Essas decisões legais contribuíram para uma revisão da concepção de estudante. Até então, ele era como uma página em branco, limitado pelo projeto inicial da escola de massa que organizava a hierarquia das posições no sistema educacional. Como não podia deixar de ser, tais mudanças transformaram os relacionamentos entre as gerações, tanto de pais e filhos como de professores e alunos; relações mais verticais – em que adultos mandavam e crianças, adolescentes e jovens obedeciam sem questionar – entraram em crise.

## SURGIMENTO DO CONCEITO DE INFÂNCIA

Em paralelo à história da instituição escolar, também é importante compreender a história do conceito de infância até chegar aos dias atuais, já que ambas se articulam e se impactam fortemente.

O primeiro sentimento de infância surgiu no seio da família entre os séculos 16 e 17. Foi nesse período que a criança se tornou fonte de distração e relaxamento em decorrência de sua ingenuidade, gentileza e graça, sobretudo para as mulheres com quem convivia – amas e mães.

Antes do século 17, ou seja, até meados da Idade Média, não havia apego às crianças, porque isso era considerado desperdício, já que muitas morriam cedo. Alguns indícios revelam a ausência do conceito de infância até então. Por exemplo: meninos e meninas usavam trajes semelhantes aos dos adultos; desde os 3 anos participavam de jogos de cartas e de azar a dinheiro; suas danças também não se diferenciavam.

No século 17, religiosos e educadores moralistas impuseram sua autoridade e concepções sobre a infância. Apareceu, assim, a preocupação com o pudor, por exemplo, em jogos que geravam vícios e eram pouco inocentes. A partir daí, observou-se o início da inocência infantil. A infância, então, deveria ser preservada das ações consideradas impróprias, especialmente as vinculadas à sexualidade entre os adultos. Uma vez preservada, a infância teria de ser então fortalecida pelo desenvolvimento do caráter e da razão.

As mudanças na legislação também afetaram diretamente os professores. Acostumados ao papel de soberanos do ensino e da aprendizagem na sala de aula, viram-se obrigados a conviver com as angústias, dúvidas e cobranças de familiares que, em alguns casos, não tiveram chance de estudar e desconheciam os códigos e a cultura do ambiente escolar.

A prática, porém, provou-se muito mais desafiadora. A maioria das escolas interpretou – e ainda interpreta – essas leis como um chamamento a realizar reuniões de pais para comunicar o aproveitamento dos filhos. Criou-se uma linha única de comunicação, na qual não há diálogo, e sim um processo de informação<sup>4</sup> sobre os resultados de aprendizagem e o comportamento. Em algumas situações, a família é considerada a única responsável pelas atitudes e pelo compromisso dos estudantes com a escola.

4. Na Parte II (p. 57) abordamos alguns tipos de participação da comunidade (famílias e outras instituições) na escola.

## Síntese

Diante de tantas mudanças, cabe aqui evocar a velha história de uma pessoa que, acometida de uma doença que a fez dormir por cem anos, acorda em um mundo completamente transformado. Não reconhece mais os lares, nos quais as conversas da hora do jantar foram substituídas pela solidão dos aparelhos eletrônicos, nem os bancos, onde não há mais funcionários trajados de maneira formal, e sim máquinas operadas por cartão. Pelas ruas não circulam bondes nem carroças, mas automóveis. Em meio a seu espanto, a personagem entra em uma sala de aula e, ao ver um quadro-negro e um professor fazendo um ditado, suspira, aliviado: “Enfim, um lugar que reconheço! Aqui nada mudou”.<sup>5</sup>

É impactante pensar em quanto há de exagero e verdade nessa história. A escola mudou ao longo do tempo, mas a família sofreu transformações muito maiores. As instituições escolares não estão dialogando com as pessoas que as frequentam nem acompanhando as demandas a elas impostas pelas relações sociais contemporâneas. No entanto, família e escola estão vinculadas, por muitos anos,<sup>6</sup> em função das crianças, dos adolescentes e dos jovens que educam. Uma vez que vivemos em sociedade, precisamos que valores como respeito, solidariedade e empatia, além de atitudes de diálogo e construção coletiva, sejam estruturantes para a Educação dentro e fora da escola.

Veja a seguir (p. 32) uma linha do tempo sintética da história da escola.

5. Adaptado de: CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. O tempo da escola. *Educação*, 3 jul. 2018.

Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/o-tempo-da-escola>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

6. No mínimo os 12 anos da Educação Básica (nove anos de Ensino Fundamental e três de Ensino Médio).

## ANTIGUIDADE (4000 a.C.-século 5)

A palavra “escola”, do grego *scholé*, designa lazer, descanso e ócio<sup>1</sup> – este último não como passatempo, mas como tempo livre para diálogos e reflexões. Assim acontecia na Grécia Antiga, principalmente em Esparta e Atenas. Em ambas as cidades a Educação servia para formar homens das classes dirigentes, ensinando-lhes os conteúdos necessários para o desempenho das funções de poder: política, filosofia, aritmética, artes militares e eloquência – a arte de se expressar bem na “arena política”. A diferença na Educação estava, principalmente, no foco de cada uma: em Atenas a ideia era a promoção do equilíbrio entre mente e corpo; em Esparta havia um objetivo mais disciplinador, voltado para a formação militar. De qualquer maneira, podemos dizer que os dois modelos contribuíram para a configuração da escola de hoje.

1. ORIGEM da palavra escola/liceu. *Dicionário etimológico*. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/escola-liceu>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

## IDADE MÉDIA (séculos 5-15)

No início da Idade Média, apenas um pequeno número de clérigos, de diferentes idades, tinha acesso a instituições de ensino. À época,

*não prestavam atenção nisso [ter estudantes de idades variadas] e achavam natural que um adulto desejoso de aprender se misturasse a um auditório infantil, pois o que importava era a matéria ensinada, qualquer que fosse a idade dos alunos. [...] Assim que ingressava na escola, a criança entrava no mundo dos adultos.*<sup>2</sup>

Isso se explica pela ausência do sentimento da infância, que não diz respeito à afeição, e sim à falta de consciência da particularidade infantil.

As escolas medievais eram frequentadas por indivíduos de 6 a 20 anos (aproximadamente) que estudavam juntos em um mesmo espaço. Na mesma época – séculos 15 e, sobretudo, 16 –, a instituição escolar ampliou seu público. Antes formado por uma pequena minoria de clérigos letrados, abriu-se cada vez mais para nobres e burgueses leigos, bem como para famílias mais populares.<sup>3</sup> Não existia uma grade curricular indicando o que seria ensinado.

2. ARIËS, op. cit., p. 108-9.  
3. Idem, p. 111.

## IDADE MODERNA (1453-1789)

Entre os séculos 15 e 18, a escola foi se transformando até aproximar-se do modelo atual. Durante o século 15, começou-se a adequar o ensino à faixa etária do aluno e criou-se a organização com um professor para uma classe escolar. Embora a distinção entre criança e adulto não fosse clara, já havia uma conscientização a respeito da particularidade da infância, de sua fragilidade e de sua inocência e, portanto, da necessidade de preservá-la. No século 16, instituiu-se o colégio hierarquizado por salas, separando as crianças de acordo com a idade. A partir do século 18, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário).<sup>4</sup>

4. Idem, p. 127.

## IDADE CONTEMPORÂNEA (1789-atualidade)

Para os abastados, a Educação no século 18 acontecia no colégio ou liceu; lá, recebiam um ensino mais longo, equivalente ao “secundário”. As classes populares iam para a escola e podiam chegar até o correspondente ao “primário”, um ensino mais breve. No entanto, nem todos passavam pelo colégio, e o mesmo valia para a escola. Alguns não frequentavam essa instituição e outros permaneciam nela por um ou dois anos; assim, a infância se tornava mais curta, pois cedo já trabalhavam.

# UMA RELAÇÃO FUNDAMENTAL

Rever o processo de constituição da escola no século 21 é olhar para momentos econômicos, sociais e políticos da humanidade. Portanto, essa instituição, sua função e sua atuação são definidas pelo tempo histórico. Nesse sentido, e considerando o que foi visto no capítulo anterior, coloca-se uma questão fundamental: como a escola se relaciona hoje com a comunidade em que está inserida e com as famílias das crianças, dos adolescentes e dos jovens que a frequentam? Como gostaríamos que essa relação se estabelecesse?

A relação entre escola e famílias é de enorme complexidade. Isso ficou mais do que demonstrado por pesquisas das áreas pedagógica e psicológica sobre as mudanças na Educação, o maior conhecimento das formas de ensino e aprendizagem e a importância da vida familiar para o desenvolvimento da criança. O que antes era claro – a escola “ensinava” e a família “educava” – agora é muito intrincado. A vida familiar contemporânea, transformada pelo modelo econômico vigente e pelas tecnologias, caracteriza-se por novos usos do tempo para o cuidado com os filhos e também por variadas configurações, como abordamos anteriormente e reforçamos aqui: famílias monoparentais, famílias com filhos nascidos de inseminação artificial ou de doação de esperma ou óvulos anônimos, de pais ou mães homossexuais, de pais separados, de pais que compartilham a guarda etc.

Toda essa complexidade exige da equipe escolar um olhar renovado para as famílias das crianças, dos adolescentes e dos jovens que estão hoje nas escolas. Ao pensar no acompanhamento das famílias em sua singularidade, sem julgamento de valor ou preconceito, a escola contribui muitíssimo para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes. Como veremos nos próximos capítulos,

é essencial a adoção de uma postura acolhedora, empática e compreensiva na construção das relações entre as duas instituições.

A escola é a principal referência de toda ação educativa, e nela passamos muitos anos. Por meio dela, esperamos conquistar nossos sonhos e nos tornar pessoas solidárias, respeitadas, capazes de aprender e seguir aprendendo. Falamos de uma escola humanizadora, na qual todos se relacionem de maneira afetiva e embasada por valores éticos e morais.

A pesquisadora portuguesa Isabel Alarcão afirma que “uma escola sem pessoas seria um edifício sem vida. Quem a torna viva são as pessoas: os alunos, os professores, os demais funcionários e os pais, que não estando lá permanentemente, com ela interagem. As pessoas são o sentido de sua existência”.<sup>1</sup> E a escola, rompendo sua organização burocratizada, disciplinadora e padronizada, precisa favorecer as interações entre todos os atores envolvidos, garantindo, assim, esse movimento vital, pulsante.

Alunos e suas famílias pertencem a uma sociedade que privilegia a fluidez das coisas e a pouca durabilidade das relações, conforme nos aponta Zygmunt Bauman em sua obra.<sup>2</sup> Nesse contexto, a instituição escolar “se debate” perante as incertezas de como seguir “cativando” esses estudantes para sua rotina naturalizada. Cabe a ela o papel de construir pontes bem alicerçadas para forjar os vínculos com as famílias. É a escola que tem a responsabilidade, os recursos humanos e os meios para se aproximar dos familiares para que, juntos, apoiem a trajetória escolar das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Um dos pilares que sustentam essa ponte é o cuidado: o cuidar em seus diferentes níveis, estabelecido como cultura institucional; o cuidar do ambiente escolar para garantir a integridade física e o acesso a todos; o cuidar da comunicação, isto é, do falar com o outro para que este se sinta respeitado e acolhido, mesmo

1. ALARCÃO, Isabel (Org.). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 20.

2. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

que sua opinião seja discordante; o cuidar para comunicar e para compartilhar o sentido das ações, como nos orientam José Bernardo Toro e Nísia Werneck.<sup>3</sup>

A escola, ao privilegiar a aproximação com as famílias como parte de seu trabalho, fortalece o pilar do cuidado. Essa ação se dá quando acolhe os alunos sem conceitos construídos antes mesmo de conhecê-los e considerando os conhecimentos que eles já trazem ao chegar, bem como o apoio que podem (ou não) ter em seus lares. Ela cuida para que as desigualdades sociais não se transformem em desigualdades escolares, por meio do apoio à compreensão do papel de estudante que os alunos necessitam incorporar para se desenvolver. Aliás, ao contrário e de maneira utópica – mas por que não sonhar? –, é o espaço ideal para transformar as desigualdades sociais em igualdade de oportunidades.

Ao matricular-se na escola, cada estudante leva consigo as circunstâncias sociais e econômicas de seu contexto familiar e social. Assim, aqueles cujas famílias têm experiências e valores próximos aos da escola, além de recursos para investir no apoio a sua carreira acadêmica, vivem uma experiência mais significativa. Tais famílias comunicam-se com a escola com mais regularidade, conversam com seus filhos sobre as atividades escolares, participam dos eventos, das reuniões e da vida escolar, e valorizam os sonhos dos alunos/filhos.

O que podemos fazer, porém, com os estudantes que vivem em lares em que os pais são ausentes ou dirigem-se a eles com expressões depreciativas, nas quais começam a acreditar, de tal modo que suas ações passam a confirmar esses julgamentos? “Se os pais não acompanham, nós, na escola, não podemos fazer nada!” Com certeza, frases como esta e uma postura de abandono em nada ajudarão essa criança, esse adolescente ou esse jovem; é justamente em casos assim que a intervenção docente e da escola, embora difícil, faz-se mais necessária. Cabe à escola oferecer a esse público maior apoio educacional e, por que não, emocional,

3. TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Unicef, 1996.

para que possa construir experiências bem-sucedidas na instituição e com isso, quem sabe, transformar a imagem que possui de si mesmo.

Quando matriculam seus filhos na escola, os pais acreditam que, por meio da aprendizagem, eles se tornarão mais capazes de interagir com o mundo que os rodeia. Confiam que o professor fará o melhor para ajudar seus filhos nesse processo. E a escola, ao cuidar de seus alunos e expô-los à aprendizagem, corresponde a essa confiança.

A relação entre escola e famílias abarca todos os espaços da instituição de ensino: salas de aula, refeitório, portão de entrada, secretaria. Nessa perspectiva, todos os funcionários, docentes e não docentes, são também responsáveis pelo estabelecimento desse relacionamento.

Por isso, é fundamental a escola conhecer e caracterizar sua comunidade. É a partir dessa caracterização que ela se reconhece, avalia e elenca suas necessidades, construindo uma identidade coletiva e representativa. É papel da gestão escolar, com apoio da equipe pedagógica, reunir informações acerca de seu entorno e das famílias de seus alunos. Esses dados podem ser capturados nas fichas de matrícula ou em outros instrumentos, como questionários complementares e/ou entrevistas que organizem informações sobre renda, escolaridade e profissão dos pais, cidade de origem, entre outras. A coleta dessas referências permitirá o pleno conhecimento dos contextos familiares dos estudantes e, de posse delas, a escola poderá pensar na melhor maneira de desenvolver ações, projetos político-pedagógicos e institucionais, bem como estabelecer parcerias de modo dialogado com as famílias. Afinal, muitas ações da escola podem ter boas intenções, mas correm o risco de afastar as famílias por não atender a suas expectativas – as quais, muitas vezes, não foram antecipadas pela equipe escolar.

É preciso repensar e transformar a relação entre escola e famílias na perspectiva que nos aponta Rosa Maria Torres:

*A escola não é um ente separado da comunidade; é parte da comunidade, está inserida na comunidade. A função da escola é servir a comunidade, e não o*

*contrário: as comunidades não foram criadas para servir a escola. É a escola que deve participar na comunidade, vincular-se à comunidade, colocar-se a seu serviço. É a escola que deve aproximar-se das necessidades e expectativas dos pais e da comunidade em seu conjunto.*<sup>4</sup>

A escola é um direito da comunidade e está a serviço das famílias que a compõem; não é um privilégio ou um favor prestado à comunidade.

No processo de construção coletiva da identidade da instituição e do vínculo com sua comunidade, você, gestor, deve ficar atento ao modo como a escola se relaciona com as famílias dos alunos, seja nas reuniões de pais, no funcionamento do conselho escolar ou mesmo em eventos. Esse olhar possibilitará não só realizar uma avaliação coletiva acerca de como acontece essa parceria e do que se espera construir no futuro, mas também qualificar as ações de valorização das famílias na escola.

Cabe à escola dar o primeiro passo na direção de uma parceria com as famílias. Afinal, muitos pais, familiares e responsáveis, por sua referência histórica de escola, pelo estilo de vida ou até mesmo pelo desconhecimento de direitos garantidos, não se sentem autorizados a ter participação ativa em uma instituição que constitui bem comum. As famílias são o que são. No entanto, a escola pode contribuir para que vejam o mundo com novos olhares; precisa aceitá-las e acolhê-las e, principalmente, compreender que não se trata de uma questão de tolerância, mas de intencionalidade e de construção de uma vida melhor para todos. Sabemos que um ambiente escolar democrático, com participação da comunidade e das famílias, traz benefícios significativos para a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. Quando há ruptura na relação entre escola e famílias, o estudante é diretamente afetado. Por isso, é importante que sigamos pensando na melhor maneira de criar e fortalecer esse vínculo.

4. TORRES, Rosa Maria. *Educação e imprensa*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 105.

Dessa maneira, caro gestor, ao garantir atenção e cuidado nas relações que se estabelecem no espaço escolar e assumir que esse é um território público e pertencente à comunidade, a instituição dá início a uma nova maneira de construir sua identidade: uma maneira coletiva, que considera e contempla as demandas das pessoas que são parte desse espaço. Fazer isso, porém, não é tão simples assim. Há muitas perguntas, anseios e dúvidas inerentes ao processo de transformar as relações. Por isso, nos próximos capítulos, vamos expor algumas situações-problema frequentes nas instituições escolares e mostrar como podem dialogar com conceitos importantes para essa conquista. Nossa proposta é apresentar possíveis caminhos e estratégias para alcançar o objetivo de construir relações cada vez mais dialógicas e participativas.

No capítulo a seguir, abordaremos o conceito de formação integral dos estudantes, um tema que produz vários questionamentos, já que, em sua essência, expõe os conflitos que mencionamos anteriormente. Convidamos você, gestor, a percorrer as páginas deste livro com o espírito aberto para escutar e refletir sobre os temas que abordaremos.

### SAIBA MAIS

**A FAMÍLIA: o passado e o contexto atual.** Disponível em: <[http://www.unicap.br/tede//tde\\_arquivos/1/TDE-2012-01-16T121123Z-470/Publico/capII.pdf](http://www.unicap.br/tede//tde_arquivos/1/TDE-2012-01-16T121123Z-470/Publico/capII.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**AUGUSTO, Luis Fernando.** *A evolução da ideia e do conceito de família.* Jusbrasil. Disponível em: <<https://advocaciatpa.jusbrasil.com.br/artigos/176611879/a-evolucao-da-ideia-e-do-conceito-de-familia>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**CORONADO, Mônica.** *Padres en fuga: escuelas huérfanas – la conflictiva relación de las escuelas con las familias.* Buenos Aires: Noveduc, 2012.

**CUNHA, Matheus Antonio da.** *O conceito de família e sua evolução histórica.* Investidura. Disponível em: <<http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**FAMÍLIA: uma entidade cultural e histórica.** Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8122/8122\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/8122/8122_3.PDF)>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**MORAES, Rochele Pedroso de.** *Família: uma construção histórica.* Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/34.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**SIEDE, Isabelino.** *Entre familias y escuelas: alternativas de una relación compleja.* Buenos Aires: Paidós, 2017.